

INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE  
2018

DENOMINAÇÃO: Centro Social e Paroquial de São Martinho de  
Lordelo do Ouro

MORADA: Rua das Condominhas, 701

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Lordelo do Ouro

CONCELHO: Porto

COD. POSTAL: 4150-224

  
\_\_\_\_\_  
(O Contabilista Certificado)

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Porto 11 de Abril, 2019

Porto \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

ASSINATURAS:

P. Domingos do Castelo Monteiro  
adeiveiro

ASSINATURA DO PRESIDENTE

António da T. Oliveira

P. Domingos do Castelo Monteiro  
adeiveiro

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	55 379,74	55 379,74
		55 379,74	55 379,74
<b>Activo corrente</b>			
Caixa e depósitos bancários	7.1	26 839,95	20 352,19
		26 839,95	20 352,19
<b>Total do ativo</b>		82 219,69	75 731,93
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	7.2	22 327,09	22 327,09
Resultados transitados	7.2	9 159,44	4 910,42
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	7.2	42 749,63	40 364,63
		74 236,16	67 602,14
Resultado líquido do período		5 652,41	4 249,02
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		79 888,57	71 851,16
<b>Passivo</b>			
Financiamentos obtidos	5	1 000,00	2 000,00
		1 000,00	2 000,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	7.3	147,60	945,60
Outros passivos correntes	7.4	1 183,52	935,17
		1 331,12	1 880,77
<b>Total do passivo</b>		2 331,12	3 880,77
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		82 219,69	75 731,93

A Direção

Contabilista Certificado

*P. Domingos do Costa Monteiro  
de Oliveira*

*[Assinatura]*

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Subsídios, doações e legados à exploração	7.8	11 299,58	9 380,26
Fornecimentos e serviços externos	7.5	-5 494,54	-4 570,64
Outros rendimentos	7.7	60,83	0,00
Outros gastos	7.6	-213,46	-560,60
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>5 652,41</b>	<b>4 249,02</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>5 652,41</b>	<b>4 249,02</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>5 652,41</b>	<b>4 249,02</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>5 652,41</b>	<b>4 249,02</b>

A Direção

Contabilista Certificado

*P. Loureiro da Costa Monteiro  
de Oliveira*

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Apoio à Comunidade	PERÍODOS	
			2018	2017
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00	0,00
<b>Resultado Bruto</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outros Rendimentos	7.7/7.8	11 360,41	11 360,41	9 380,26
Gastos administrativos	7.5	-5 494,54	-5 494,54	-4 570,64
Outros Gastos	7.6	-213,46	-213,46	-560,60
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e im</b>		<b>5 652,41</b>	<b>5 652,41</b>	<b>4 249,02</b>
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>5 652,41</b>	<b>5 652,41</b>	<b>4 249,02</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>5 652,41</b>	<b>5 652,41</b>	<b>4 249,02</b>

A Direção

Contabilista Certificado

*P. Domingos de Lorde Monteiro  
de Lorde*

*[Handwritten signature]*  
2018/06

Centro Social Paroquial de S.Martinho Lordelo do Ouro  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		-18,48	0,00
Pagamentos a fornecedores		-3 727,61	-4 037,67
Pagamentos ao pessoal		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		-3 746,09	-4 037,67
Outros recebimentos/pagamentos		-2 343,46	-2 215,60
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-6 089,55	-6 253,27
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Juros e rendimentos similares		60,83	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		60,83	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Doações		12 516,48	11 020,26
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		12 516,48	11 020,26
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6 487,76	4 766,99
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		20 352,19	15 585,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.1	26 839,95	20 352,19

A Direção

Contabilista Certificado

*P. Domingos do Castelo Monteiro  
de Oliveira*

**CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO  
MARTINHO DE LORDELO DO OURO**

**Anexo às Demonstrações Financeiras  
2018**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros. 3	
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	8
5	Financiamentos Obtidos .....	8
6	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	8
7	Outras Informações .....	9
7.1	Caixa e Depósitos Bancários .....	9
7.2	Fundos Patrimoniais .....	9
7.3	Fornecedores .....	9
7.4	Outros Passivos Correntes .....	10
7.5	Fornecimentos e serviços externos .....	10
7.6	Outros gastos .....	10
7.7	Resultados Financeiros .....	10
7.8	Subsídios, doações e legados à exploração .....	11
7.9	Acontecimentos após data de Balanço.....	11

## **1 Identificação da Entidade**

---

O Centro Social e Paroquial de São Martinho de Lordelo do Ouro é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 154, III Série de 6 de Julho de 2002, com sede na Rua das Condominhas, 701-Porto.

Tem como objectivo contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

## **3 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.3 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.4 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.6 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

#### **3.1.7 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

#### **3.1.8 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

#### **3.1.9 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

#### **3.1.10 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

#### **3.1.11 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas

contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa e seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

#### **3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

### **3.2.3 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.4 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.5 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

### **3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Investimentos em Curso	55 379,74	0,00	0,00	0,00	55 379,74
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>55 379,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55 379,74</b>
Depreciações Acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>55 379,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>55 379,74</b>

## 5 Financiamentos Obtidos

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Beneméritos	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00	2 000,00	2 000,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 000,00</b>	<b>2 000,00</b>

O reembolso da dívida da Entidade, referente ao empréstimo obtido, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Beneméritos	1 000,00	0,00	1 000,00	3 000,00	0,00	3 000,00
<b>Total</b>	<b>1 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>3 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 000,00</b>

## 6 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 7 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 7.1 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	182,02	0,39
Depósitos à ordem	1 657,93	10 351,80
Outros Depósitos Bancários	25 000,00	10 000,00
<b>Total</b>	<b>26 839,95</b>	<b>20 352,19</b>

### 7.2 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	22 327,09	0,00	0,00	22 327,09
Resultados Transitados	4 910,42	4 249,02	0,00	9 159,44
Outras Variações Fundos Patrimoniais	40 364,63	2 385,00	0,00	42 749,63
<b>Total</b>	<b>67 602,14</b>	<b>6 634,02</b>	<b>0,00</b>	<b>74 236,16</b>

### 7.3 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	147,60	945,60
<b>Total</b>	<b>147,60</b>	<b>945,60</b>

#### 7.4 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	0,00	0,00	0,00	500,00
Outros devedores e credores	0,00	1 183,52	0,00	435,17
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>1 183,52</b>	<b>0,00</b>	<b>935,17</b>

#### 7.5 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	885,60	900,60
Materiais	147,60	61,50
Serviços diversos	4 461,34	3 608,54
<b>Total</b>	<b>5 494,54</b>	<b>4 570,64</b>

#### 7.6 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos e taxas	15,21	0,60
Quotizações	60,00	60,00
Multas Fiscais	138,25	500,00
<b>Total</b>	<b>213,46</b>	<b>560,60</b>

#### 7.7 Outros Rendimentos

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes rendimentos

Descrição	2018	2017
<b>Outros Rendimentos</b>		
Juros	60,83	0,00
<b>Total</b>	<b>60,83</b>	<b>0,00</b>

### 7.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu nos períodos de 2018 e 2017 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
GAS -Porto	0,00	0,00
Consignação IRS	7 809,68	6 405,19
Cáritas do Porto	0,00	500,00
Colónias	2 246,80	2 475,07
Particulares	1 243,10	0,00
<b>Total</b>	<b>11 299,58</b>	<b>9 380,26</b>

### 7.9 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direcção

*P. Domingos de Leste*  
*Monteiro de Oliveira*